

SOBRE HISTÓRIA DA SOLIDARIEDADE*

por

Avelino de Freitas de Meneses**

Em finais de 2001, publiquei um livro de história sobre a minha terra natal, as Lajes da ilha Terceira. Para tal, realizei alguma investigação, procedi a muitas consultas. Fi-lo em crónicas mais antigas, em bibliografia mais recente, mas também na imprensa periódica. Fundamentalmente, consultei o boletim paroquial *O Semeador*, que entre as décadas de 1960 e de 1980 foi o principal repositório do quotidiano da freguesia, hoje elevada à condição de vila. Pela análise do obituário, concluí que nos anos sessenta e setenta os homens e as mulheres da minha freguesia, que eu então pensava que morriam muito velhos, afinal faleciam bem novos, com sessenta e poucos anos de idade, em média, apesar da divulgação dos sistemas de assistência social, por exemplo, a Caixa de Previdência e as Casas do Povo. Volvido um quarto de século, os homens e as mulheres da minha freguesia, os homens e as mulheres de todas as freguesias dos Açores morrem substancialmente mais velhos, com uma média já próxima dos 80 anos. O confronto da esperança de vida, à entrada do último quartel do século XX, e nos alvares do século XXI, demonstra a importância do progresso material na melhoria das condições de vida. Ficamos até convencidos de que a evolução natural da sociedade é no sentido da perfeição. Porém, um tal optimismo, quando interiorizado inconscientemente, gera um grande individualismo, que move o desprezo pela entreatjada, que durante séculos foi o meio fundamental de defesa e de sobrevivência das comunidades.

* Conferência proferida em Ponta Delgada, a 26 de Março de 2004, na Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos de Lionismo em Portugal, promovida pelos Lions de S. Miguel.

** Reitor da Universidade dos Açores.

O nosso mundo continua, entretanto, a ser tremendamente contraditório e cruel. Vejamos um exemplo. Nas décadas de sessenta e de setenta, apesar da preversidade do neo-colonialismo e da sucessão das guerras, África parecia ser o continente do futuro, devido ao colosso das suas riquezas, tanto as agrícolas, como as minerais, devido à juventude e à pujança da sua população, que constitui a principal fonte do desenvolvimento de um qualquer lugar, como reconhecem os primeiros mercantilistas, desde o declinar do século XVI. Contudo, há muito pouco tempo, mesmo há escassas semanas, ao entrar em Lisboa num quarto de hotel, acabado de chegar de Ponta Delgada, liguei instintivamente a televisão. A noite já não era propriamente uma “criança”. Na manhã seguinte, tinha ainda de partir cedo para o Porto. No entanto, fixei-me durante mais de meia hora num programa televisivo sobre o alastramento da SIDA em África. Fiquei com a convicção de que estava a assistir à condenação, até mesmo à perdição, de um continente, a quem anteriormente se atribuíra um futuro de prosperidade. É enorme a mortandade entre os activos, é grande a abundância de orfãos e de desamparados, muitos já corroídos pela doença, é grande a parcela dos velhos, ou melhor, dos avelhentados, muitos dos quais sucumbem à fome e ainda e sempre à guerra, uma consequência das alterações climáticas e dos conflitos regionais, que provocam a escassez de bens de subsistência. Em África, o confronto da esperança de ontem com a desgraça de hoje parece demonstrar que a evolução natural da sociedade é no sentido da degradação, isto é, do retrocesso. Em África, estamos actualmente como estivemos na Europa do século XIV, quando a crise agrícola, a peste negra e a guerra dos Cem Anos provocaram um grande extermínio, calculado na morte de um terço dos europeus. Aqui temos uma prova, e ainda por cima inequívoca, de que o nosso mundo é tremendamente contraditório e cruel.

A averiguação das desigualdades não decorre unicamente do confronto das épocas, isto é, da comparação de um passado e de um presente mais ou menos auspiciosos. De facto, basta que nos concentremos no nosso tempo. Vivemos numa era de extremos, divididos entre o progresso da globalização e a irrupção dos localismos. A globalização proclama a padronização das culturas e a conformidade das civilizações, pelo que deve ser um meio da obtenção de paz e de prosperidade. Os localismos resultam da ignorância das idiossincrasias e do desrespeito das identidades, pelo que são o meio de germinação da contestação e da violência. A globalização, por ser uma inevitabilidade, não quer dizer que seja necessariamente uma solução. Para ser uma solução, tem de ser virtuosa, tem de de-

envolver estratégias de inclusão, nunca de exclusão, não pode subordinar os fracos aos fortes, porque isso é a origem de todas as guerras. Vivemos, portanto, num mundo desestruturado, devido à crise das nações, que desde os alvares do liberalismo eram a base da organização das relações internacionais. Estamos, como disse, repartidos entre o universalismo e o particularismo, o mesmo é dizer, entre a globalização, que ainda não obteve a devida consolidação, e os localismos, que são uma reacção, que nunca serão uma solução.

A resolução dos problemas do nosso tempo assenta exclusivamente na promoção do desenvolvimento, porque é a via da obtenção do maior progresso e da criação da maior justiça, os objectivos prioritários da sociedade de hoje. A consolidação do progresso e o aprofundamento da justiça exigem a adopção de práticas diferenciadas, que importa conciliar, dada a relevância social dos seus fins. Com efeito, o acréscimo da competitividade é o instrumento do progresso, enquanto que o exercício da solidariedade é o instrumento da justiça. As instituições da sociedade democrática e do estado de direito devem ser o campo de harmonização do progresso com a justiça. Entre tais instituições, contam-se as Universidades e os Governos. A Universidade, porque é a formação que melhor consorcia o desenvolvimento económico com a promoção social. A Universidade, porque importa que constitua o baluarte do humanismo, que confere sentido à dialéctica da competição. O Governo, porque lhe cabe um papel determinante de regulação, para que a competitividade seja factor de progresso, sem ser instrumento de desrespeito pela condição humana, para que a solidariedade seja factor de justiça, sem ser instrumento de paralização da iniciativa.

A responsabilidade do Estado Moderno e das instituições oficiais nunca substitui a livre associação dos homens, que às vezes supre as maiores carências e descobre as melhores soluções, desde a mais longínqua Antiguidade, desprovida de sistemas públicos de assistência social, até ao mais distante futuro, dotado por certo de aperfeiçoados regimes de apoio comunitário. Falemos, então, um pouco da história da solidariedade. No termo da Antiguidade, a difusão do Cristianismo incita à prática da imitação de Cristo, que converte o auxílio aos necessitados em obrigação de consciência. Depois, na Idade Média, assistimos à disseminação das primeiras instituições de assistência social, por exemplo, as confrarias, as albergarias e os hospitais. As confrarias eram associações de mesteres, que procediam à arrecadação de meios para acorrer a necessidades. As albergarias eram pousadas, que davam guarida a peregrinos ou a simples viajantes.

tes. Os hospitais, tal como hoje, acolhiam enfermos, sobretudo os crónicos e nomeadamente os leprosos. A seguir, no fim da Idade Média e, ainda mais, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, multiplicam-se as instituições e as práticas de solidariedade social. Fundamentalmente por duas razões, devido à crise geral dos séculos XIV e XV e ao advento da expansão ultramarina. No século XIV, a acção conjugada das alterações climáticas, da peste negra e das demais epidemias e da guerra dos Cem Anos, que primeiro opõe a França e a Inglaterra e que de seguida envolve toda a Europa, origina a diminuição das colheitas, que motiva a rarefacção dos víveres e provoca a mortandade dos homens. Aliás, calcula-se que a Europa tenha perdido um terço dos seus habitantes, pelo que retorna nos alvares do século XV ao contingente populacional do século XII. Por acréscimo, a crise geral motiva o aumento da mendicidade e da vagabundagem, o mesmo é dizer, o crescimento do número de pobres, mas também a alteração do seu carácter. Com efeito, a partir de então, os pobres não são apenas os velhos e os doentes, mas ainda os activos sobranes, que famintos abandonam os campos e invadem as cidades, gerando a insalubridade e os motins. Depois, nos séculos XV e XVI, um tanto paradoxalmente, persiste e alastra a pobreza, porque o aumento da população acontece antes da recuperação económica, porque o acréscimo da mobilidade das gentes, fruto da expansão ultramarina e do comércio de longo curso, origina talvez o abandono de actividades primárias, designadamente a agricultura e o artesanato, e a desestruturacção das famílias, muitas das quais ficam ao cuidado de mulheres e essencialmente de viúvas.

Nos séculos XIV, XV e XVI, a insuficiência do aparelho administrativo central impede o socorro dos necessitados. Porém, a sociedade hierarquizada, logo profundamente desigual, do Antigo Regime desenvolve instituições e práticas de protecção colectiva. Citemos dois exemplos: a criação das Misericórdias e a difusão do culto do Espírito Santo.

Em referência às Misericórdias, a primeira surgiu em Lisboa em 1498, fundada pela rainha D. Leonor, na altura viúva de D. João II. Contudo, logo no ano seguinte, o rei D. Manuel I ordena a criação de irmandades congéneres no Reino, nas Ilhas e no Ultramar. A disseminação destas instituições é tal e é tão rápida que o historiador inglês Charles Boxer afirma que as Misericórdias e as Câmaras “... são os pilares gémeos da sociedade colonial portuguesa ...” durante o Antigo Regime, sensivelmente entre os séculos XVI e XIX. Inspiradas no Cristianismo, as Misericórdias apostam na concretização das 14 obras de Misericórdia. Aliás, no seio da sociedade das hierarquias, são um dos raros exemplos do comedido con-

vívio das ordens sociais, já que comportam no conjunto dos seus membros os irmãos nobres e plebeus. Hoje, as Misericórdias ainda conservam sinais e até práticas da acção caritativa tradicional. No entanto, a construção do Estado Moderno, em finais do século XVIII, o triunfo do Liberalismo, no começo do século XIX, e a implantação da República, no advento do século XX, levam à assunção pelo Estado de maiores responsabilidades sociais e conduzem à expropriação do património das Misericórdias, que depois inventam artifícios de sobrevivência, por exemplo, a adaptação ao mundo da economia e, sobretudo, ao universo das finanças.

Em relação ao culto do Espírito Santo, assenta, como se sabe, no pensamento de J. Fiore, segundo o qual após as Idades do Pai e do Filho viria a Idade do Espírito Santo, baseada na solidariedade dos povos. No século XI-II, o culto do Espírito Santo entra em Portugal, por acção da rainha Santa Isabel e dos frades de S. Francisco. No século XV, o culto do Divino chega ao Além-Mar, por intermédio da expansão portuguesa, que começa com a conquista de Marrocos e com a descoberta das ilhas do Atlântico. Na actualidade, o culto em honra do Espírito Santo é, no Portugal continental, um culto residual é, nos Açores, um culto pujante, talvez porque sempre foi mais forte nas comunidades marítimas, onde os caprichos do clima e as vicissitudes da fortuna impuseram a entreatjada dos homens. No arquipélago, a expansão do culto do Espírito Santo depende da precaridade da vivência em ilhas, nomeadamente da hostilidade do meio, do medo das manifestações sísmicas e vulcânicas e da angústia do isolamento, que transformam a partilha e a entreatjada em condições de sobrevivência entre uma terra madrastra e um mar tenebroso. O culto do Espírito Santo é, portanto, o culto da solidariedade, logo bem adequado ao sentir e às necessidades do povo açoriano. Nos Açores de hoje, a contracção da agricultura, que deriva do desenvolvimento dos serviços, e o crescimento da escolaridade, que às vezes estimula a aculturação, em prejuízo da tradição, motivam o declínio das festividades do Espírito Santo, até porque o assomo do individualismo transfere da Sociedade para o Estado o dever da solidariedade para com o próximo.

Ao longo dos séculos, a Igreja foi, como se vê, a principal promotora da assistência social, talvez por ter um sistema de administração melhor estruturado e uma penetração social mais vasta. Hoje, o Estado possui maior capacidade administrativa e financeira, que permite a assunção de responsabilidades sociais. Hoje, a Igreja enfrenta um certo declínio, bem visível no afastamento dos crentes e na redução dos meios. Contudo, ainda detém uma vocação e uma experiência de promoção da solidariedade, que não podem ser desaproveitadas em circunstância alguma.

O mundo contemporâneo, isto é, o mundo em nós vivemos, começou em Paris, em 1789, quando eclodiu a Revolução Francesa. Para aquilo que mais nos interessa, a revolução francesa anulou a desigualdade jurídica entre os homens, mas também abalou o proteccionismo social, promovido pela Igreja durante o Antigo Regime. A revolução francesa proclamou a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Todavia, estes enunciados teóricos não lograram concretização, pelo menos à luz da perspectiva hodierna. De facto, os resultados mais palpáveis da revolução francesa foram essencialmente dois: a libertação de uma classe social, a burguesia, que após o enriquecimento deseja a obtenção da maioria política; o florescimento de um sistema económico, o capitalismo, que suscita o progresso material e o avanço tecnológico, mas à custa do sacrifício de muitas gerações de trabalhadores, que nunca conheceram a felicidade. A revolução francesa equivale à vitória do Indivíduo sobre o Estado. Assim, os governos são apenas agentes reguladores da livre concorrência, são portanto instituições desprovidas de capacidade de intervenção social. Desta forma, os homens do século XIX, sobretudo os cidadãos, experimentaram uma vivência de abandono à sua sorte, geralmente madrastra, por falta da assunção da assistência por dever social. Muitas vezes, a sobrevivência dependeu da caridade particular, institucionalizada ou não.

O mundo contemporâneo, isto é, o mundo em nós vivemos, é também o resultado daquilo que aconteceu na Rússia, em 1917. A revolução russa é uma tentativa de concretização dos princípios da revolução francesa de 1789. No essencial, pretende conferir sentido prático à igualdade. A revolução russa pugna pela emancipação dos mais oprimidos, o proletariado e o campesinato, e possibilita a construção de um novo sistema económico, o socialismo, baseado na colectivização dos meios de produção, entendida como metodologia de edificação da sociedade perfeita, da sociedade da igualdade, da sociedade comunista. Ao invés da revolução francesa, a revolução russa correspondeu à vitória do Estado sobre o Indivíduo. Em 1917, o governo como que assume todas as responsabilidades, convertendo-se em garante da felicidade dos homens. A revolução russa redundou, entretanto, num rotundo fracasso, porque subvalorizou a criatividade dos homens, porque amordaçou um bem essencial, a liberdade. Um tanto paradoxalmente, aquele Estado que assumira a protecção social máxima permitiu a generalização da pobreza extrema. Afinal, todas as revoluções humanistas, tanto a francesa como a russa, fracassaram no essencial, isto é, na valorização do ser humano.

O capitalismo e o socialismo possuem áreas e momentos de intersecção, apesar da assunção de diferenças essenciais. O resultado traduziu-se na construção do Estado Providência, que floresce na Europa do pós-guerra, que consegue a articulação da liberdade com a igualdade e que redundou na criação do melhor sistema de protecção social até hoje conhecido. O espírito do Estado Providência demanda preservação, porque a protecção e a felicidade dos homens constitui a primeira obrigação do poder político. Todavia, na actualidade, o envelhecimento da população origina o acréscimo dos beneficiários e o decréscimo dos contribuintes da Segurança Social, que motivam a insustentabilidade financeira do sistema. Nestas circunstâncias, o exercício da solidariedade, o exercício da solidariedade social, o exercício da solidariedade social livre é sempre uma indispensabilidade, pois é o arrimo mais seguro das gentes mais desprotegidas, pois é o arrimo mais seguro dos tempos de maior angústia.

Hoje, estamos aqui reunidos para celebrar os 50 anos de presença em Portugal de uma destas associações de solidariedade social - os Lions - que pauta toda a sua actividade por um nobre princípio: SERVIR. Falemos um pouco das envolvências históricas do movimento lionístico no estrangeiro, em Portugal, também nos Açores.

Começemos pelo estrangeiro. Os Lions surgiram nos Estados Unidos em 1917. No decurso do século XX, os Estados Unidos assumiram a função de primeira potência mundial. Porém, o governo norte-americano nunca abraçou em plenitude o dever da assistência social, pelo que resta sempre um espaço de intervenção para as associações, para os indivíduos. Em 1917, a entrada dos americanos na 1ª guerra mundial fortalece o campo dos Aliados e conduz à capitulação da Alemanha. No entanto, a intromissão estado-unidense no conflito causa dificuldades económicas internas, que decerto transformam a entreatajuda em obrigação dos seres humanos. Em Portugal, o ano de 1917 é muito semelhante. As tropas portuguesas também entram em combate na Europa, na sequência de diversos ataques alemães nas nossas possessões africanas. De igual modo, sobretudo nas cidades, a carência de víveres motiva a generalização das greves e dos motins. A acção conjugada da miséria, da incerteza e do medo ajuda decerto a explicar o impacto das aparições de Fátima, favorecido pela exaltação da fé e pelo incremento do culto mariano, e o golpe de estado autocrático, liderado por Sidónio Pais, uma espécie de antevisão de 1926 e de 1933, isto é, da revolução de 28 de Maio de 1926, dirigida pelo general Gomes da Costa, da Constituição de 1933, que cria um país à imagem de um homem, que cria Portugal à imagem de Salazar, tudo

resultado do cansaço e do desânimo que a instabilidade política e social originam.

Em Portugal, os Lions aparecem em 1953, uma importação brasileira, que reverte em exportação para Espanha. À data, a agitação colonial constitui, pela primeira vez, uma ameaça à estabilidade e ao fomento do Estado Novo. Na altura, Salazar extingue o império colonial português, criando em substituição as províncias ultramarinas. Trata-se simplesmente de uma operação de cosmética, destinada a demonstrar o alinhamento do Portugal autocrático com as democracias da Europa, que procediam à descolonização. Em 1953, o espectro da guerra no Ultramar é, portanto, uma realidade. A União Indiana reivindica nas Nações Unidas a posse de Goa, Damão e Diu. Em Angola, Holden Roberto cria o embrião do primeiro movimento de libertação. Em S. Tomé, as autoridades coloniais reprimem violentamente os trabalhadores das roças, ocasionando o morticínio de cerca de 1000 pessoas.

Nos Açores, o movimento lionístico aparece naturalmente quando tudo se transforma, quando tudo acontece, ou seja, após a institucionalização da Autonomia. Depois, passa de ilha em ilha, como que movido pela convicção de que o respeito pela diversidade intrínseca cria a unidade verdadeira.

No Mundo, em Portugal e também nos Açores, a obra dos Lions é colossal. Seria de elementar justiça recordar os principais feitos, mas quem serve não o faz em troca de elogio nem de recompensa. Quem serve não olha para o passado. Quem serve fixa-se no futuro. O futuro oxalá seja mais próspero e mais justo do que o passado. No entanto, haverá sempre carências de ajuda ou simplesmente de atenção. Carências dos pobres de todas as espécies, isto é, dos necessitados de bens, de saúde, de melhor entendimento. Carências dos idosos, que são cada vez mais - um benefício da melhoria das condições de vida - mas que estão cada vez mais sozinhos, sendo certo que a solidão também mata.

A missão dos Lions surtirá melhor efeito se além de corresponder às necessidades básicas de cada pessoa souber, ao mesmo tempo, fomentar a iniciativa de cada indivíduo, porque mais importante do que garantir a subsistência mais precária é conquistar inequivocamente homens para a vida.